

Acordo com FMI depende de reforma na Constituição

O governo pretende que, ao deixar o País na próxima quinta-feira, a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) leve um esboço da carta de intenções que servirá de documento-base para um acordo do Brasil com a instituição. Mas as negociações formais com a direção do FMI, segundo uma fonte do governo, só começarão depois que os termos gerais do programa forem discutidos com o Congresso. Essas consultas são necessárias porque muitas medidas de ajustes prometidas ao FMI dependem da aprovação de emendas à Constituição.

Acordo

“Se o acordo for assinado até o final do ano, já estará muito bom”, comentou ontem um funcionário da área econômica com acesso às negociações. De acordo com essa fonte, a próxima reunião anual do FMI, em Bangcoc, na Tailândia, será uma ótima oportunidade para as autoridades brasileiras avançarem na discussão política do acordo. Até lá, avaliam assessores do governo, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, terá três semanas de conversas com a classe política visando à aprovação do Emendão. Esse intervalo também será usado para contatos

com Estados e municípios, de cujo ajuste dependem as metas de contenção do déficit público.

Encerrada a fase de entrega de dados pelo governo, iniciou-se ontem a fase de esclarecimentos sobre os números e de discussão sobre a viabilidade das metas prometidas pelo governo. Um dos objetivos propostos à equipe do FMI é uma inflação de 2% em meados de 1993, quando se prevê a fase final dessa etapa do ajuste econômico. Para esse ano, está sendo projetado um superávit primário (descontado o impacto dos juros) do setor público igual a 4% do PIB e um superávit operacional (descontada as correções monetária e cambial) de 0,61% do PIB. Em 1991, se espera um déficit operacional de 2,4% do PIB e um superávit primário de 1,4%, enquanto em 1992 a meta é alcançar um déficit operacional de 2,6% e um superávit primário de 2,01%.

A missão do FMI, segundo a fonte, “está cética” em relação aos termos propostos, mas, apesar das dificuldades, os dois lados estão seriamente interessados no acordo. O Brasil, porque depende dele para negociar o restante da dívida externa. E o FMI porque deseja resolver a questão brasileira e se dedicar ao Leste Europeu.

Nelson Luiz de Oliveira/AE